COMUN. MÍDIA CONSUMO, SÃO PAULO, V. 23, E3131, JAN./DEZ. 2026
https://doi.org/10.18568/cmc.2026.e3131

ARTIGO

Inteligência artificial, gênero e raça nas diretrizes editoriais da mídia hegemônica: omissões, desafios e oportunidades de revisão das políticas de uso de IA nas redações

Artificial intelligence, gender and race in the editorial guidelines of legacy media: omissions, challenges and opportunities for revising AI use policies in newsrooms

Eliseu Barreira Junior [1]
Elisabeth Nicolau Saad Correa [1]

RESUMO: *Este artigo apresenta uma análise crítica das diretrizes editoriais de oito veículos da mídia brasileira e internacional sobre o uso de inteligência artificial (IA) generativa, investigando se (e como) questões de gênero e raça são incorporadas nesses documentos. Com base nos conceitos de plataformização, interseccionalidade e colonialismo de dados, realizamos um estudo qualitativo preliminar por meio de análise de conteúdo. Foram examinados manuais e diretrizes editoriais publicados nos websites dos veículos selecionados, com foco em três categorias analíticas: menções à diversidade, mitigação de vieses algorítmicos e orientações sobre estereótipos de gênero e raça. Os resultados demonstram que, embora os veículos reconheçam genericamente a existência de vieses associados ao uso de IA, nenhum incorpora uma abordagem interseccional estruturada em suas diretrizes.*

Palavras-chave: *jornalismo; plataformização; interseccionalidade; colonialismo de dados; inteligência artificial.*

[1]Universidade de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil.
Editoras: Eliza Casadei e Gabriela Almeida

ABSTRACT: *This article presents a critical analysis of the editorial guidelines of eight Brazilian and international media organizations regarding the use of Generative Artificial Intelligence, investigating whether—and how—issues of gender and race are incorporated into these documents. Drawing on the concepts of platformization, intersectionality, and data colonialism, we developed a qualitative study based on content analysis. Manuals and editorial guidelines published on the websites of the selected organizations were examined, focusing on three analytical categories: references to diversity, mitigation of algorithmic bias, and guidance regarding gender and racial stereotypes. The findings indicate that, although these organizations generally acknowledge the existence o f biases associated with the use of AI, none incorporates a structured intersectional approach within their guidelines.*

Keywords: *journalism; platformization; intersectionality; data colonialism; artificial intelligence.*

Introdução

Nas últimas décadas, a indústria da mídia em geral e o jornalismo em particular atravessaram sucessivas ondas de transformação digital que remodelaram profundamente as formas de produção, distribuição e consumo de conteúdo (MALAR; SAAD, 2024). A digitalização promovida pela internet comercial, a partir dos anos 1990, desafiou os modelos tradicionais baseados em meios físicos (FERRARI, 2003). Em seguida, a ascensão das plataformas digitais e das redes sociais, especialmente a partir da década de 2010, alterou radicalmente a lógica de distribuição, amplificando o poder das grandes plataformas (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020) e transformando a dinâmica da monetização jornalística. Hoje, observa-se o avanço de uma nova onda disruptiva, marcada pela ascensão da inteligência artificial generativa (IAGen), cuja profundidade e abrangência trazem impactos ainda mais estruturais à prática jornalística.

A popularização de ferramentas como o ChatGPT, lançado em novembro de 2022, desencadeou uma revolução tecnológica que vai além da mera automação de tarefas. Redações ao redor do mundo vêm progressivamente integrando a IA generativa em processos editoriais de apoio, como pesquisas, transcrição de entrevistas, sugestões de manchetes e resumos automáticos. No Brasil, iniciativas como dublagem automatizada, *chatbots* editoriais e geração de resumos noticiosos ilustram a rápida incorporação dessas ferramentas às rotinas jornalísticas (MEIO & MENSAGEM, 2023; ROSA, 2024; SCIRE, 2025).

Segundo o *Reuters Digital News Report 2025* (REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, 2025), as audiências permanecem amplamente céticas com relação a abordagens automatizadas de produção de notícias, mas são mais receptivas ao uso da IA como ferramenta de apoio ao trabalho dos jornalistas. No caso brasileiro, o relatório destaca que 9% da população usa *chatbots* de IA como fonte de informação jornalística, percentual já próximo ao alcance atual do jornalismo impresso, que caiu de 50% em 2013 para 10% em 2025.

Neste contexto de expansão e naturalização do uso de IA no jornalismo, grupos de mídia têm publicado diretrizes editoriais específicas sobre a tecnologia, sublinhando que as aplicações editoriais da IA generativa devem sempre ocorrer sob supervisão humana direta. Esses documentos vêm sendo incorporados a manuais de redação e códigos de conduta, com graus variados de detalhamento.

Para além dessas dimensões, a crescente adoção da IA na prática jornalística suscita também um debate ético urgente sobre se — e como — as preocupações com gênero e raça são incorporadas nesses marcos normativos. Casos notórios de falhas algorítmicas evidenciam o potencial da IA de reproduzir e até amplificar preconceitos históricos. Exemplos incluem erros de grandes modelos de linguagem, como o Google Gemini, que gerou imagens distorcidas ao ilustrar figuras históricas ignorando contextos raciais (TENBARGE, 2024) ou, ainda, respostas enviesadas de *chatbots* que reproduzem estereótipos de gênero e raça, como documentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em estudos recentes (UNESCO; IRCAI, 2024).

Diante desse cenário, este artigo analisa criticamente as diretrizes editoriais de veículos da mídia tradicional perante a ascensão da IA generativa, com foco específico em se (e como) questões de gênero e raça são reconhecidas e operacionalizadas nesses documentos orientadores. Com base nos referenciais críticos que denunciam a codificação algorítmica do racismo sistêmico (BENJAMIN, 2019) e da proposta de *reexistência* (RICAURTE, 2023), que aponta para formas de resistência e reconstrução mediante as tecnologias excludentes, busca-se investigar em que medida as normas editoriais atuais reconhecem os riscos de reprodução de estereótipos, apagamentos e vieses algorítmicos que afetam grupos historicamente minorizados.

Para tanto, serão examinados documentos institucionais de referência de grandes empresas jornalísticas internacionais e brasileiras, identificando a presença ou ausência de dispositivos interseccionais na formulação das políticas de uso de IA, o nível de sofisticação das abordagens de viés algorítmico e a consciência sobre riscos éticos para grupos marginalizados.

Por meio dessa análise, o artigo pretende contribuir criticamente para o debate contemporâneo sobre governança ética da IA no jornalismo de uma perspectiva interseccional.

Referencial teórico-epistemológico

Nossa abordagem epistemológica articula um conjunto de conceitos inter-relacionados: os dispositivos analíticos da interseccionalidade; os vieses algorítmicos associados à IAGen; a narrativa jornalística editorializada nesses contextos; e as ambiências plataformizadas em que tais dinâmicas se produzem e se modulam.

Ao refletir sobre questões de gênero e raça em veículos jornalísticos — cada vez mais impactados por sistemas de IAGen —, torna-se necessário explicitar as correlações conceituais que orientam nossa abordagem, considerando que esses sistemas operam por meio de dispositivos algorítmicos que influenciam a produção e a circulação das narrativas jornalísticas. Assim, ao considerarmos dispositivos interseccionais, partimos inicialmente do conceito de dispositivo proposto por Agamben (2009), desenvolvido com base nas reflexões de Foucault e Deleuze. Para o autor, trata-se de "qualquer mecanismo, material ou imaterial, capaz de capturar, orientar, modelar e controlar os gestos, condutas e opiniões dos seres vivos". Ao tensionar as relações de poder e processos de subjetivação, Agamben (2009) ressalta como objetos, materialidades e linguagens produzem positividades sociais. Esse processo é potencializado nas ambiências plataformizadas contemporâneas, que operam por meio de sistemas algorítmicos e modelos de IAGen.

Em complemento ao dispositivo, falamos de sua ação em cenários de interseccionalidades aqui tratados de forma mais ampla e transversal, para além das abordagens feministas. Com isso, a interseccionalidade pode ser entendida como um instrumento metodológico (SIRCAR, 2022) para a compreensão de múltiplas diferenças — etnia, gênero, localidade, culturas e relações sociais operadas por sistemas de poder que se instalam nos espaços públicos. Conforme detalhamentos em parágrafos que seguem,

indicamos uma correlação mais direta ao campo dos sistemas inteligentes por meio de uma teoria crítica à metodologia interseccional aplicada à sua construção, possibilitando resultados mais inclusivos e responsáveis quanto a conhecimento local, figurações e imaginários específicos.

Com base na revisão sistemática da literatura, conforme Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), os impactos da ascensão da inteligência artificial (IA) nas empresas de mídia estão inseridos no contexto de plataformização em que grandes organizações internacionais, como Meta, Google e OpenAI, colocam em xeque modelos de produção, distribuição e monetização de conteúdo.

Na emergência de uma "sociedade de plataforma", plataformas digitais deixaram de ser meros intermediários e passaram a estruturar dimensões econômicas, sociais e culturais da vida pública e privada (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018).

Em segundo lugar, no contexto do jornalismo digital (FERRARI, 2003) e do racismo algorítmico (SILVA, 2022), a transparência dos processos editoriais torna-se indissociável de uma ética da IA (SOTERO; COUTINHO; BEZERRA, 2025) que enfrente explicitamente seus impactos, incluindo os vieses de gênero e outras interseccionalidades, em consonância com os trabalhos de autores como Crenshaw (1989), Lago, Kazan e Thamani (2018) e Collins e Bilge (2020).

Aqui, entende-se por viés algorítmico o conjunto de distorções sistemáticas produzidas ou amplificadas por sistemas computacionais com o uso de dados de treinamento que refletem desigualdades históricas e sociais preexistentes. Como demonstram Eubanks (2018) e Noble (2022), tais vieses não são falhas técnicas acidentais, mas expressões de escolhas políticas e epistemológicas embutidas no *design* dos sistemas, que tendem a reproduzir e escalar discriminações de raça, gênero e classe.

Nesse cenário, as redações jornalísticas, embora mantenham seus manuais éticos e princípios editoriais internos, à medida que passam a incorporar a IA às suas rotinas de produção, operam sobre infraestrutura tecnológica cujas dinâmicas algorítmicas estão profundamente determinadas por plataformas infraestruturais (VAN DIJCK; POELL; DE

WAAL, 2018) dominadas pelas *big techs*, cujos próprios modelos de IA podem já conter vieses codificados.

Como argumentam Pasquinelli e Joler (2020), a IAGen deve ser compreendida como parte de um regime de "extrativismo do conhecimento". Nesse regime, enormes massas de dados culturais, sociais e comportamentais são coletadas, rotuladas e processadas. Esse processo reproduz divisões geopolíticas de trabalho, com mão de obra invisibilizada e sub-remunerada em países periféricos. Dessa forma, a IAGen se desenvolve como parte de um regime contínuo de "colonialismo de dados" (COULDRY; MEJIAS, 2019), em que a própria vida social e cultural é convertida em recurso econômico pelas plataformas hegemônicas.

Se por um lado a IA opera pautada por um contínuo extrativismo de conhecimento, de outro reproduz vieses de gênero e raça presentes nas bases de dados que a alimentam. Conforme documento da Unesco e IRCAI (2024), é possível identificar vieses de gênero que criam estereótipos em traduções automáticas e amplificam a sexualização de mulheres, enquanto grupos racializados são associados à criminalidade ou comportamentos violentos. O estudo também observa que modelos de linguagem treinados com dados predominantemente do Norte Global marginalizam vozes, culturas e idiomas do Sul Global.

A amplificação de opressões interseccionais no contexto da ascensão da IA traz novas dimensões às reflexões sobre discriminação e racismo algorítmico. A noção de interseccionalidade, desenvolvida por Crenshaw (1989; 2002) e aprofundada por Collins e Bilge (2020), demonstra que as formas de discriminação — organizadas em eixos como raça, gênero, classe e nacionalidade — não operam de modo isolado, mas se articulam e se potencializam mutuamente, exigindo respostas analíticas e institucionais igualmente integradas.

O colonialismo organizou relações sociais por meio da interseção entre raça e gênero para sustentar hierarquias globais. Esse processo foi denominado por Quijano (2005) de "colonialidade do poder", descrito por Fanon (2008) como a inscrição da violência colonial nos corpos racializados e denunciado por Césaire (2006) como a lógica desumanizante do discurso civilizatório. Os atuais sistemas de IA tendem a reproduzir,

automatizar e escalar esses mesmos padrões de dominação na produção de conhecimento e de discurso público.

No contexto brasileiro e latino-americano, Silva (2022) demonstra que o racismo algorítmico é uma atualização tecnológica do racismo estrutural historicamente sedimentado nos dados sociais que alimentam esses modelos. Lippold e Faustino (2022) reforçam que a invisibilização ou representação estigmatizada de populações racializadas nos *datasets* reproduz hierarquias raciais e desigualdades globais. A essas dimensões, Ricaurte (2023) acrescenta o conceito de corpo-território, segundo o qual a violência algorítmica não é abstrata, mas se inscreve materialmente nos corpos de mulheres, pessoas negras e indígenas — deslocando o debate sobre esse viés de uma questão técnica para uma questão de justiça e direitos humanos.

Objetivos e metodologia

Os modelos de IA aplicados ao jornalismo são treinados majoritariamente em bases de dados oriundas do Norte Global. Isso faz com que repliquem o que Lugones (2008) descreve como a naturalização das categorias de gênero e raça enquanto ficções coloniais de dominação. Essa lógica se articula ao que Grosfoguel (2011) identifica como a "geopolítica do conhecimento", ou seja, hierarquias coloniais que determinam quais saberes são válidos, universais e tecnologicamente operacionalizáveis. No contexto brasileiro e latino-americano, Lélia Gonzalez (1984) já apontava para a especificidade do racismo à brasileira e para o apagamento das mulheres negras dos sistemas de representação, dinâmica que os modelos de IA tendem a perpetuar e escalar.

Assim, algoritmos de recomendação, geração automática de notícias e sistemas de priorização editorial podem: invisibilizar narrativas e vozes do Sul Global; reproduzir estereótipos de gênero e raça; automatizar o apagamento epistemológico.

Assim, discutir o uso ético da IA no jornalismo exige ir além das tradicionais preocupações com acurácia e transparência técnica, incorporando reflexões interseccionais sobre:

- Q1. Quem está sendo representado e quem está sendo silenciado?;
- Q2. Quais epistemologias informam os dados de treinamento?;
- Q3. Como a própria arquitetura dos sistemas perpetua ou questiona as hierarquias coloniais de gênero e raça?

É nesse sentido que a análise crítica dos documentos e princípios editoriais das redações jornalísticas hegemônicas se torna um primeiro passo indispensável para pensar essas questões. Examinar como veículos brasileiros, e aqueles situados no Norte Global, abordam (ou negligenciam) aspectos relacionados a gênero, raça e suas interseções permite mapear o grau de consciência ética e política presente nas práticas editoriais perante os riscos de reprodução algorítmica de desigualdades históricas.

Além de identificar a presença ou ausência de normas explícitas, esta análise busca compreender em que medida o jornalismo hegemônico reconhece (ou naturaliza) os padrões coloniais e patriarcais de produção de conhecimento, e até que ponto suas diretrizes conseguem (ou falham em) tensionar as estruturas de poder subjacentes à adoção de IA.

Tendo em vista o cenário exposto, este artigo apresenta uma análise documental preliminar e qualitativa de manuais, códigos de conduta e diretrizes editoriais sobre o uso de IA em oito veículos da mídia hegemônica nacional e internacional: G1/Grupo Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo (Brasil); The New York Times (NYT) e Associated Press (EUA); BBC e The Guardian (Reino Unido); e El País (Espanha). A seleção obedeceu a critérios de relevância institucional, comparabilidade internacional e disponibilidade pública dos documentos, sendo construída de forma intencional (*purposeful sampling*), adequada a estudos qualitativos de natureza exploratória.

Além disso, a inclusão de veículos sediados tanto no Norte quanto no Sul Global permite uma análise de similaridades e não similaridades sensíveis às assimetrias estruturais de poder, dependência tecnológica e produção de conhecimento, sem pretensão de representatividade estatística, mas buscando maximizar a diversidade de contextos organizacionais e regimes editoriais.

Para a análise, foram coletados artigos e *links* divulgados publicamente por cada veículo a respeito de orientações sobre o uso de ferramentas de IA pelas redações e produtores de conteúdo. O objetivo foi examinar a presença, ausência ou tratamento conferido a dimensões de gênero, raça, diversidade, justiça algorítmica e interseccionalidade nesses documentos institucionais, considerando o crescente debate acadêmico e social sobre os riscos de perpetuação e amplificação de desigualdades estruturais por sistemas algorítmicos.

A coleta de dados foi realizada por meio de acesso direto aos *websites* institucionais dos veículos selecionados, reunindo manuais, códigos de conduta e diretrizes sobre o uso de IA disponíveis publicamente. Os documentos foram submetidos à análise de conteúdo qualitativa (BARDIN, 2016), seguindo as seguintes etapas: pré-análise do material; exploração e codificação temática; e tratamento interpretativo dos resultados. As categorias foram definidas *a priori* conforme o referencial teórico adotado: menções explícitas a diversidade e representatividade; políticas de mitigação de viés algorítmico para grupos minorizados; e orientações sobre estereótipos de gênero e raça.

Análise dos veículos

Os veículos do Norte Global — NYT, BBC, Guardian, El País e AP — operam em contextos dos locais onde as ferramentas de IA são desenvolvidas e onde se concentra o poder regulatório sobre essas tecnologias, o que lhes confere maior proximidade com os debates sobre governança algorítmica. Os veículos brasileiros — G1, Folha e Estadão — ocupam uma posição de dupla dependência: tecnológica, ao adotarem ferramentas desenvolvidas por *big techs* estrangeiras; e epistêmica, ao adaptarem marcos normativos gestados em contextos raciais e sociais distintos dos seus. Como argumentam Couldry e Mejias (2019), o colonialismo de dados opera justamente pela naturalização dessa assimetria.

O documento do G1/Grupo Globo[1] reconhece genericamente a possibilidade de viés no uso de IA ao afirmar que "os jornalistas vão adotar

1 Disponível em: https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2024/06/27/grupo-globo-atualiza-principios-editoriais-para-incluir-orientacoes-sobre-inteligencia-artificial.ghtml. Acesso em: 16 jun. 2026.

estratégias para que eventuais erros e enviesamentos produzidos pela inteligência artificial [...] não resultem em erros ou enviesamentos na cobertura jornalística" (Seção 2-a). Entretanto, tal referência permanece vaga, sem explicitar quais formas de enviesamento estão em questão nem apresentar orientações específicas de mitigação relativas a marcadores sociais de diferença, como gênero, raça ou classe. A ausência de uma abordagem interseccional deixa de reconhecer justamente os riscos documentados na literatura crítica sobre algoritmos de opressão (NOBLE, 2022), que alertam para o modo como tais tecnologias podem reproduzir discriminações preexistentes.

No caso do The New York Times, as diretrizes[2] reafirmam princípios éticos centrais de precisão, responsabilidade e transparência, orientando que a IA "sirva à missão jornalística de buscar a verdade e ampliar o acesso à informação", com "supervisão e responsabilidade humanas em todas as etapas do uso da IA". Ainda assim, ao tratar da necessidade de mitigar "bias" (viés), não há qualquer detalhamento sobre que tipos de vieses estão em questão, tampouco há menções a gênero, raça, diversidade ou justiça algorítmica. Tal silêncio normativo ignora o caráter estrutural dos vieses algorítmicos já extensivamente discutido (RICAURTE, 2023), resultando num escopo limitado às dimensões técnicas do problema.

As diretrizes da BBC[3] vão um pouco além ao reconhecerem explicitamente um caso de viés racial em sistema de reconhecimento facial, mencionando que "um primeiro uso de software de reconhecimento facial no sistema de renovação de passaportes do Reino Unido encontrou dificuldades para identificar alguns tons de pele" (Seção 4. *Algorithmic bias and training data*). Apesar desse reconhecimento pontual, o documento trata o viés como falha técnica, não havendo contextualização sociopolítica ou racial. Não são aprofundadas as implicações estruturais dessas falhas para

2 Disponíveis em: https://www.nytco.com/press/principles-for-using-generative-a%E2%80%A4i%E2%80%A4-in-the-timess-newsroom/; https://www.nytimes.com/editorial-standards/ethical-journalism.html; https://www.nytimes.com/2024/10/07/reader-center/how-new-york-times-uses-ai-journalism.html. Acesso em: 16 jun. 2026.

3 Disponível em: https://www.bbc.co.uk/editorialguidelines/guidance/use-of-artificial-intelligence. Acesso em: 16 jun. 2026.

a reprodução de desigualdades sistêmicas. A omissão de perspectivas interseccionais impede que o documento avance na direção de uma governança algorítmica mais comprometida com a justiça social (RICAURTE, 2023).

O jornal The Guardian, em seu *Código de Práticas Editoriais* (tradução dos autores)[4] (p. 12), reconhece os riscos da IA generativa, incluindo *bias*, propriedade intelectual, plágio, inconsistência e imprecisão. Estabelece que o uso de IAGen na produção de conteúdo jornalístico deve ser raro, aprovado por editores seniores e informado ao leitor. O código do jornal orienta jornalistas a evitar "referências preconceituosas ou pejorativas quanto a raça, cor, etnia, nacionalidade, religião, idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência". No entanto, essa política de não discriminação permanece inteiramente desconectada das práticas que envolvem IA ao longo do texto. Assim, o código adota uma concepção formal de neutralidade editorial, mas falha em reconhecer o risco de reprodução de desigualdades algorítmicas e não propõe salvaguardas específicas diante da automatização de processos editoriais.

As diretrizes do El País[5] destacam algumas práticas relevantes, como a obrigatoriedade de supervisão humana sobre conteúdos gerados com o apoio da IA, transparência com o público em relação ao uso dessas ferramentas e proibição de conteúdos sintéticos enganosos. Reconhece ainda, de forma genérica, que há "*bias embedded within generative tools*" (viés incorporado nas ferramentas generativas). No entanto, não apresenta diretrizes sobre como identificar e mitigar vieses interseccionais, nem aborda o risco de impactos diferenciados sobre grupos sociais marginalizados. Tal ausência denota uma visão instrumental da IA, focada na manutenção da credibilidade jornalística, mas desconectada dos debates críticos sobre justiça algorítmica.

4 Disponível em: https://uploads.guim.co.uk/2025/04/22/Editorial_Code.pdf; https://www.theguardian.com/help/insideguardian/2023/jun/16/the-guardians-approach-to-generative-ai. Acesso em: 16 jun. 2026.

5 Disponíveis em: https://elpais.com/info/codigo-etico/; https://elpais.com/defensor-a-del-lector/2025-01-19/el-uso-de-la-inteligencia-artificial-en-el-pais.html; https://www.prisa.com/uploads/2025/01/libro-de-estilo-documento-sobre-el-uso-de-herramientas-de-ia.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

O documento da Folha de S.Paulo[6] delimita com clareza que o julgamento humano permanece indispensável e que o principal objetivo do uso de IA é "aumentar a eficiência" de processos operacionais. São reconhecidos alguns riscos técnicos, como "alucinações, plágios, vieses, limitações técnicas e direitos autorais". No entanto, "vieses" são tratados como categoria ampla e pouco especificada, sem qualquer menção a dimensões sociais, raciais ou de gênero. A Folha, portanto, reproduz uma abordagem tecnocrática dos riscos, limitando a governança da IA à revisão editorial, sem incorporar preocupações interseccionais.

O jornal O Estado de S. Paulo[7], por sua vez, apresenta um dos manuais mais detalhados entre os veículos brasileiros analisados, com a criação de um Comitê de IA e regras robustas de revisão, homologação e transparência. Reconhece os riscos do uso indiscriminado de IA, sobretudo no jornalismo, considerando seu papel no Estado Democrático de Direito. Ainda assim, o documento permanece ancorado em um modelo normativo essencialmente técnico e jurídico. Não há qualquer referência a raça, gênero, sexualidade ou classe social nos protocolos estabelecidos, tampouco estratégias de mitigação de discriminações algorítmicas ou de promoção ativa da diversidade na validação das ferramentas usadas.

Por fim, as diretrizes da Associated Press (AP)[8] reafirmam o compromisso com exatidão, imparcialidade e velocidade, destacando que a IA pode ser usada para traduções, resumos e sugestões de manchetes, desde que supervisionada por jornalistas. Proíbe alterações em conteúdos audiovisuais e exige verificações rigorosas de fontes. Entretanto, apesar de apresentar um conjunto de salvaguardas editoriais, a AP não inclui qualquer menção a raça, gênero, diversidade ou justiça algorítmica. Os riscos

6 Disponível em: https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/inteligencia-artificial.shtml. Acesso em: 16 jun. 2026.

7 Disponível em: https://www.estadao.com.br/link/estadao-define-politica-de-uso-de-ferramentas-de-inteligencia-artificial-por-seus-jornalistas-veja/?srsltid=AfmBOoqE5CoB-KtBFdRsiSWRv7Ix-wLsJMfhwXVOHv4Wg89XoxwPcfgl. Acesso em: 16 jun. 2026.

8 Disponível em: https://www.ap.org/wp-content/uploads/2024/02/ap-news-values-and-principles-1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

são tratados sob a ótica da desinformação, mas não enquanto expressão de desigualdades estruturais codificadas nos próprios modelos de IA.

De forma geral, a análise crítica dos documentos revela um padrão comum entre os veículos analisados, conforme o Quadro 1: as diretrizes de uso de IA estão fortemente orientadas por princípios de responsabilidade editorial, revisão humana e controle técnico dos processos. Contudo, há um silêncio sistemático sobre os riscos éticos relacionados à reprodução de desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe.

Ricaurte (2023) usa o conceito de corpo-território para argumentar que a violência algorítmica não é abstrata: ela se inscreve materialmente nos corpos de mulheres, pessoas negras e indígenas, afetando sua segurança, dignidade e oportunidades. A abordagem estritamente técnica do viés, como a adotada pela BBC e pelo NYT, ignora essa dimensão da violência — elevando a crítica de uma questão de boas práticas para uma questão de justiça e direitos humanos.

Além disso, a ênfase na "supervisão humana", tal como proposta pelos veículos, funciona mais como um mecanismo de salvaguarda da credibilidade da marca do que como uma ferramenta de justiça social. Uma abordagem inspirada em Ricaurte (2023) exigiria que a "supervisão" fosse, na verdade, uma governança comunitária e interseccional.

Embora a literatura crítica já tenha documentado amplamente fenômenos como o do racismo algorítmico, tais aspectos permanecem ausentes dos documentos institucionais dos veículos da chamada mídia tradicional. Conforme Silva (2022), o avanço das tecnologias algorítmicas se ancora no próprio histórico social para sustentar a ideia de uma suposta IA. No entanto, acaba por reproduzir e atualizar opressões como o racismo estrutural.

O cotejo entre Norte e Sul Global revela uma convergência paradoxal. Apesar das diferenças de contexto, todos os veículos adotam a mesma abordagem técnica, sem incorporar perspectivas interseccionais. Essa convergência, porém, não é simétrica. Os veículos brasileiros falham duplamente: ao não questionarem os modelos importados do Norte e ao ignorarem referenciais críticos locais, como o racismo à brasileira (GONZALEZ, 1984).

Quadro 1 – Resumo dos resultados da avaliação das políticas de uso de inteligência artificial (IA) dos veículos jornalísticos selecionados

Veículo	Reconhecimento de vieses	Menção explícita a gênero e raça	Estratégias de mitigação de riscos interseccionais	Abordagem predominante
G1 / Grupo Globo (Brasil)	Reconhece genericamente possibilidade de vieses	Não há menção explícita	Não apresenta estratégias específicas	Técnica
The New York Times (EUA)	Reconhece necessidade de mitigar "bias"	Não há menção a gênero, raça ou diversidade	Nenhuma diretriz específica	Técnica
BBC (Reino Unido)	Reconhece caso concreto de viés racial (reconhecimento facial)	Menção indireta e pontual	Não há estratégias estruturais de mitigação	Técnica
The Guardian (Reino Unido)	Reconhece riscos de bias e discriminação editorialmente	Política geral de não discriminação sem conexão com IA	Não propõe salvaguardas específicas ligadas à IA	Técnica
El País (Espanha)	Reconhece '*bias embedded within generative tools*'	Não há menção a gênero, raça ou diversidade	Não apresenta estratégias interseccionais	Técnica
Folha de S.Paulo (Brasil)	Cita riscos de "vieses" de forma ampla	Não há especificação de marcadores sociais	Nenhuma orientação interseccional	Técnica
Estadão (Brasil)	Reconhece riscos e cria Comitê de IA	Não há menção a gênero, raça, classe ou sexualidade	Não há estratégias específicas de diversidade	Técnica
Associated Press (EUA)	Aponta riscos de desinformação e exige supervisão humana	Não há menção a gênero, raça ou justiça algorítmica	Não apresenta estratégias interseccionais	Técnica

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conclusão

Os resultados revelam um padrão consistente com relação às três perguntas de investigação. Quanto à pergunta Q1, nenhum veículo incorpora mecanismos normativos de representatividade ou salvaguardas voltadas a grupos historicamente minorizados. Quanto à Q2, as diretrizes tratam os modelos de IA como tecnicamente neutros, ignorando sua ancoragem em bases de dados predominantemente do Norte Global. Quanto à Q3, a ênfase na supervisão humana funciona mais como salvaguarda da credibilidade editorial do que como mecanismo de justiça social.

O silêncio das diretrizes analisadas com relação aos marcadores interseccionais de gênero e raça não é apenas uma omissão, mas parte de um regime epistêmico que naturaliza a desigualdade como se os modelos algorítmicos fossem neutros. Como sintetiza "O Manifesto Nooscópio", a IA comprime o mundo em um modelo estatístico, simplificando complexidades sociais e obliterando identidades subalternizadas (PASQUINELLI; JOLER, 2020).

A ausência de princípios de justiça social nas diretrizes editoriais permite que a curadoria algorítmica dos próprios produtos jornalísticos reproduza narrativas dominantes, seletivamente amplificando ou silenciando grupos minorizados.

Uma governança ética verdadeiramente crítica da IA jornalística não pode se limitar a revisões técnicas de risco. É necessário incorporar princípios efetivos de soberania de dados e reparação histórica. Somente assim será possível devolver agência às populações cujas culturas e experiências são transformadas em substrato algorítmico.

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A amostra, composta de oito veículos, não tem pretensão de representatividade estatística, sendo adequada a uma análise exploratória e qualitativa. Além disso, a análise se restringiu aos documentos publicamente disponíveis, sem acesso a práticas editoriais internas ou a versões não publicadas das diretrizes. Por fim, o campo encontra-se em rápida transformação,

de modo que novas versões dos documentos analisados podem ter sido publicadas após a coleta dos dados.

Como agenda de investigação futura, sugere-se: analisar como essas diretrizes se manifestam efetivamente nas rotinas produtivas das redações, por meio de estudos etnográficos ou entrevistas com jornalistas e editores; ampliar a amostra para incluir veículos do Sul Global sub-representados neste estudo; investigar em que medida as próprias ferramentas de IA licenciadas pelas empresas jornalísticas possuem políticas internas de mitigação de vieses interseccionais; e acompanhar longitudinalmente a evolução dessas diretrizes à medida que a regulação da IA avança em diferentes contextos nacionais.

Conflito de interesses: nada a declarar.

Fonte de financiamento: nenhuma.

Disponibilidade de dados da pesquisa: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Contribuições dos autores: Barreira Junior, E.: conceituação, metodologia, análise formal, investigação, redação da versão original, revisão e edição. Correa, E.N.S.: conceituação, metodologia, análise formal, investigação, redação da versão original, revisão e edição.

Referências

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* Chapecó: Argos, 2009.
BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
BENJAMIN, R. *Race after technology:* abolitionist tools for the new Jim code. Medford: Polity, 2019.
CÉSAIRE, A. *Discurso sobre el colonialismo*. Madri: Akal, 2006.
COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.
COULDRY, N.; MEJIAS, U. *The costs of connection:* how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.
CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.
CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011

EUBANKS, V. *Automating inequality:* how high-tech tools profile, police, and punish the poor. Nova York: St. Martin's Press, 2018.
FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
FERRARI, P. *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto, 2003.
GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.
GROSFOGUEL, R. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political economy: transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 1, 2011. https://doi.org/10.5070/T411000004
LAGO, C.; KAZAN, E.; THAMANI, M. Jornalismo e estudos de gênero: a interseccionalidade, onde está? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville, SC. *Anais* [...]. São Paulo: Intercom, 2018.
LIPPOLD, W.; FAUSTINO, D. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 14, n. 2, p. 56-78, 2022. https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49760
LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.
MALAR, J. P.; SAAD, E. Transformação digital no jornalismo brasileiro: reflexões a partir de um panorama geral. *In*: SAAD, E. (org.). *Olhares híbridos sobre a comunicação contemporânea:* a trajetória de 18 anos do COM+. Cachoeirinha: Fi, 2024. p. 203-230.
MEIO & MENSAGEM. Folha cria plataforma de receitas com uso de inteligência artificial. *Meio & Mensagem*, 2023. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/midia/folha-cria-plataforma-de-receitas-com-uso-de-inteligencia-artificial. Acesso em: 22 jun. 2025.
NOBLE, S. U. *Algoritmos da opressão:* como os mecanismos de busca reforçam o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2022.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); INTERNATIONAL RESEARCH CENTRE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE (IRCAI). *Challenging systematic prejudices:* an investigation into bias against women and girls in large language models. Paris: Unesco, 2024.
PASQUINELLI, M.; JOLER, V. *O manifesto nooscópio:* inteligência artificial como instrumento de extrativismo do conhecimento. KIM Research Group; Share Lab, 2020. Disponível em: https://nooscope.ai. Acesso em: 6 jul. 2025.
POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01
QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). A *colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. *Digital News Report 2025*. Oxford: Reuters Institute, 2025.
RICAURTE, P. Resistencia como reexistencia: la defensa del cuerpo-territorio en la sociedad algorítmica. *Pléyade*, n. 32, p. 65-92, 2023. https://doi.org/10.4067/S0719-36962023000200065

ROSA, V. Documentário da Globoplay tem dublagem realizada por IA; veja impressões. Estadão, 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/cultura/series/documentario-da-globoplay-tem-dublagem-realizada-por-ia-veja-impressoes-nprec/. Acesso em: 22 jun. 2025.
SCIRE, S. *Let's get to the point:* three newsrooms on generating AI summaries for news. Nieman Lab, 2025. Disponível em: https://www.niemanlab.org/2025/06/lets-get-to-the-point-three-newsrooms-on-generating-ai-summaries-for-news/. Acesso em: 22 jun. 2025.
SILVA, T. *Racismo algorítmico:* inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Sesc SP, 2022.
SIRCAR, S. Emplacing intersectionality: autoethnographic reflections on intersectionality as geographic method. *Gender, Place & Culture*, v. 29, n. 7, p. 903-922, 2022. https://doi.org/10.1080/0966369X.2021.1891865
SOTERO, P. F. G.; COUTINHO, F. G. A.; BEZERRA, L. Os desafios éticos da inteligência artificial no jornalismo. *Comunicologia*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 251-268, 2025.
TENBARGE, K. Google making changes after Gemini AI portrayed people of color inaccurately. *NBC News*, 2024. Disponível em: https://www.nbcnews.com/tech/tech-news/google-making-changes-gemini-ai-portrayed-people-color-inaccurately-rcna140007. Acesso em: 22 jun. 2025.
VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. *The platform society*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

Sobre os autores

Eliseu Barreira Junior: Mestrando em Ciências da Comunicação na ECA-USP. Bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. Possui MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral (FDC). É membro do grupo de pesquisa COM+. E-mail: eliseu.barreira@usp.br

Elisabeth Nicolau Saad Correa: Professora titular sênior do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP. É coordenadora do grupo de pesquisa COM+, palestrante internacional e estrategista digital. E-mail: bethsaad@gmail.com

Recebido: 28/12/2025
Aceito: 22/04/2026